

As instituições policiais na era digital: o uso das mídias digitais e das novas tecnologias de informação no controle do crime pelo policiamento em São Paulo.

André Sales dos Santos Cedro.

Cita:

André Sales dos Santos Cedro (2019). *As instituições policiais na era digital: o uso das mídias digitais e das novas tecnologias de informação no controle do crime pelo policiamento em São Paulo*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/2283>



As instituições policiais na era digital: o uso das mídias digitais e das novas tecnologias de informação no controle do crime pelo policiamento em São Paulo

André Sales dos Santos Cedro¹

Resumo

Com o surgimento das novas tecnologias de informação e da microeletrônica, bem como do processamento e armazenamento de dados de diferentes formatos, o comportamento dos indivíduos no que diz respeito às relações sociais e à comunicação está sendo modificado. Observa-se também que as instituições, incluindo as policiais, sofrem mudanças em suas formas de agir e se relacionar com outras instituições e com a população. Este trabalho se propõe apresentar os primeiros resultados da pesquisa de doutorado que investiga as influências dessas novas tecnologias na instituição da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Brasil. Nota-se que há uma mudança nas ações dos agentes de segurança e nas corporações para as quais estes prestam serviço, constituindo um novo modo de exercer o controle do crime. É notório o uso intensivo de dados informatizados, uso de “mapas criminológicos”, análises estatísticas e planejamento do cotidiano policial. Foram realizadas entrevistas com diversas polícias militares (oficiais e praças) com o objetivo de identificar as principais tecnologias utilizadas pela PM como também coletar e analisar as perspectivas dos agentes sobre a influência destas novas tecnologias no desenvolvimento do policiamento ostensivo. A literatura internacional aponta que as práticas de utilização de “Big data” são atuais e identificadas nas atuações das polícias. Porém, além do plano institucional, configuram-se usos informais dessas tecnologias nas atividades policiais como a participação de policiais em mídias digitais e na utilização de novas tecnologias como aplicativos para celulares, smartphones e redes locais. Portanto, os temas são atinentes às políticas de segurança pública e relevantes para o conhecimento científico, e demonstram que as tecnologias fazem parte do cotidiano policial e influenciam na sua maneira de agir e fazer policiamento.

Palavras-chave

Crime, novas tecnologias, era digital.



Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar os primeiros resultados da investigação de doutorado sobre as formas políticas e estratégicas do uso – formal e informal – das novas tecnologias de informação, aparelhos eletrônicos e mídias digitais pelos atores que compõem a instituição Polícia Militar (PM) do município de São Paulo.

A hipótese levantada é de que as novas tecnologias de informação e comunicação estão contribuindo, mesmo que de forma não planejada², no apoio estratégico e tático³ desta instituição para o controle do crime⁴ e da violência. Neste primeiro período de investigação, constatou-se que as instituições de segurança utilizam mídias digitais na comunicação com os cidadãos e na divulgação dos serviços prestados. Notou-se, também, que aparelhos eletrônicos como smartphones e tablets com seus respectivos aplicativos agregados, como GPS (Global Positioning System) e o WhatsApp, são usados como recursos táticos dos policiais – ou seja, nas ações que buscam deter pessoas e no suporte em diligências – e no policiamento cotidiano. Desse modo, os impactos do avanço tecnológico no controle do crime e na administração dos conflitos pelas instituições estatais são relevantes para a investigação sociológica e produzem diversos efeitos.

Para melhor compreensão do fenômeno, esta pesquisa delinea como sujeitos de investigação, além das influências que a tecnologia produz no modo de exercer o controle do crime (objeto de análise), os agentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Essa instituição policial desenvolve um papel significativo na administração de conflitos e no controle do crime, além de manter relação constante com a sociedade civil. A Polícia Militar desempenha o modelo de policiamento conhecido como ostensivo/preventivo, um conceito abrangente que envolve diversas atividades de prevenção e repressão imediata ao crime, baseando-se em um conjunto de operações que visam policiar espaços públicos, atender chamadas, identificar “atitudes suspeitas”, abordar e revistar pessoas⁵.

Para essa investigação, foram utilizadas, preferencialmente, a metodologia de caráter qualitativo. Os dados foram coletados através de entrevistas⁶ com agentes policiais. A intenção é analisar as condutas dos funcionários das instituições policiais e a relevância dos aparelhos eletrônicos, das novas tecnologias e das mídias digitais nas suas funções cotidianas, bem como a relação que os policiais estabelecem com os aparelhos, sistemas e redes.



Fundamentação do problema

No Brasil, verifica-se que muitos órgãos públicos de diversos estados aderiram às ferramentas digitais para aprimorar os processos burocráticos e o atendimento ao cidadão. Isso ocorre nas instituições de segurança e, no que se refere ao objeto de investigação desta pesquisa, na instituição Polícia Militar do Estado de São Paulo que, por exemplo, adotou um sistema eletrônico para registrar os boletins de ocorrência. Porém, se observa que os impactos das novas tecnologias vão além da prestação de serviços à população.

Os dados coletados até o momento demonstram que na PM a tecnologia modificou a dinâmica das ações policiais realizadas pelos praças⁷ e pelos comandantes de batalhões da PM. Este procedimento é auxiliado pela aquisição de programas quantitativos que permitem a sistematização de dados sobre crimes ocorridos em um determinado local, proporcionando a identificação de manchas criminais. O avanço tecnológico contribui para a melhoria do policiamento ostensivo e para o Plano de Policiamento Inteligente (PPI). Os relatos obtidos demonstram que o conhecimento básico e o manejo destas tecnologias são exigidos nas grades curriculares de formação dos policiais e que são indispensáveis para a realização do policiamento ostensivo.

De modo informal, as mídias digitais são constantemente usadas por funcionários da PM na comunicação entre os agentes, na interação com a população, na divulgação dos trabalhos realizados e na disseminação de ideologias políticas. Esses conteúdos são encontrados comumente em grupos do WhatsApp e em diversas páginas do Facebook, Instagram e Twitter. Além disso, observa-se que as mídias digitais podem servir no apoio tático em diligências.

O uso informal é indicativo da existência de redes de policiamento que se sobrepõem à organização hierárquica da polícia. Kant de Lima (1999) e Mingardi (2007), em seus estudos clássicos, já tinham chamado a atenção para o fato de que, embora altamente hierarquizadas, as relações de poder no interior das organizações policiais constituem redes entre os agentes, através das quais se organiza o trabalho cotidiano e a política interna das organizações. Desse modo, esse trabalho é uma abordagem inovadora de um tema clássico e de difícil acesso aos pesquisadores.

Metodologia

A estratégia metodológica desta pesquisa é de caráter qualitativo, que até o momento, representa a melhor escolha para o desenvolvimento desta investigação. De acordo



com Kant de Lima (2014), o método etnográfico e comparativo por contraste é indispensável para o estudo das corporações policiais e para a compreensão das motivações que impulsionam as ações de seus membros. De acordo com o autor, devido ao abismo entre as regras escritas e as práticas profissionais, o método qualitativo pode evidenciar as contradições das condutas formais exigidas e saberes práticos realizados durante as funções diárias ou no policiamento ostensivo.

Nesta primeira fase de investigação, os interlocutores desta pesquisa são os policiais militares (praças e oficiais) que atuam no Estado de São Paulo. Foram realizadas 26 entrevistas com PMs visando a coleta das perspectivas dos policiais militares sobre o uso das tecnologias e mídias digitais em seu cotidiano, do policiamento ostensivo, sobre as interações entre policiais e do sistema hierárquico, plano de metas e questões raciais como indagações sobre abordagens seletivas a pessoas pretas e pardas.

As entrevistas foram solicitadas formalmente pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), e autorizadas pela Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP) e pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP). Este contato determinou que as escolhas dos interlocutores seriam mediadas pela PM, sobretudo em relação às praças e aos seus respectivos batalhões. Outra possibilidade foi participação voluntária, concedida primordialmente aos oficiais da PM. Coube ao GEVAC e seus pesquisadores apenas requisitar à PM que, se possível, alguns interlocutores fossem mulheres e homens negros. Isso impossibilitou a utilização de qualquer método de escolha de interlocutores da parte dos pesquisadores, porém vale ressaltar que a PM colaborou com as solicitações do GEVAC.

Outros métodos quantitativos, como coleta de dados estatísticos, foram utilizados, porém, de forma secundária, de modo a realizar uma análise abrangente do problema de pesquisa. Assim, pretende-se revelar o denso emaranhado de significados sobre a utilização das mídias digitais e das novas tecnologias pela PMESP.

Resultado e discussões

Um dos principais desafios do Estado contemporâneo está relacionado ao controle do crime, pois ele demonstra os limites do Estado na pós-modernidade. De acordo com Garland (2008), o desenvolvimento das instituições de justiça criminal e a inclusão de setores governamentais no gerenciamento do crime e dos criminosos interferiram na infraestrutura formal do modo de operar o controle do crime. Entre as consequências mais significativas estão as parcerias públicas privadas (PPP's), mecanismos de



policciamento comunitário e rotinas de trabalho multiagenciais, que unem diferentes autoridades cujas atividades dizem respeito ao problema do crime e da segurança (Garland, p.369). De acordo com o autor, o campo é composto por uma multiplicidade de agências, práticas, políticas e discursos diferentes. As fronteiras formais não são mais marcadas pelas instituições do Estado de Justiça criminal⁸, envolvendo os atores e agências da sociedade, o que torna o controle do crime responsabilidade também da sociedade civil e de diversos grupos econômicos.

Segundo o autor, a presença do Estado fez com que o monopólio do controle do crime pelo Estado de Justiça Criminal fosse redistribuído para diversos setores e adaptado ao mercado de segurança privada, que vem apresentando crescimento ao longo dos anos. Portanto, a formação de alianças do Estado com agências não estatais permite o surgimento da segurança, policiamento e encarceramento privados. Desse modo, a segurança pública passaria a ser tratada como um investimento, e não como um direito, sendo que os gastos seriam monitorados e avaliados para assegurar o retorno das aplicações de capitais. Esta relação permitiu que mecanismos de regulação específicos surgissem na forma de parcerias voluntárias ou de acordos comerciais⁹.

De acordo com Garland (2008), o clamor público também tem grande impacto nas formas de atuação rotineiras de agências estatais de controle do crime. Isso torna esse controle responsabilidade de diversos atores sociais, devido, sobretudo, às pressões exercidas pela população, que exige medidas e respostas rápidas. Segundo o autor, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, há um sentimento de que os criminosos estão sendo insuficientemente punidos, ou de que indivíduos perigosos não estão sendo adequadamente controlados.

No Brasil, mais especificamente na cidade de São Paulo, essa sensação é descrita por diversos autores (Caldeira, 2001; Manso, 2012; Adorno, 2010; Adorno e Dias, 2014; Lima, 2000; Sinhoretto, 2001, 2009; Silvestre, 2016, 2017), sendo que punições mais severas, desde o cárcere até punições físicas, são vistas como forma de controle apropriado da “criminalidade”. Caldeira (2001), por exemplo, relata em seu estudo realizado na cidade de São Paulo que a violência e o medo de ser vítima do crime combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação.

Boa parte da população brasileira está atenta a questões em torno do crime, o que eleva a importância das demandas e obriga políticos a responder diretamente às suas preocupações. Diversos jornais e canais de televisão possuem uma forte tendência a



exibir conteúdo sensacionalista de crimes violentos (Ramos, 2014). Atualmente, a internet se tornou mais um meio de propagação deste tipo de tema, sendo possível acessá-lo através de sites, blogs, comunidades do Facebook e grupos de WhatsApp. Esta corrente populista da política criminal contemporânea tende a ser conservadora e procura adotar a punição (através do sistema penitenciário¹⁰ ou da letalidade policial¹¹) e segregação, ao invés de incluir controles sociais, desenvolver políticas de inclusão e integração social, e regular a vida econômica (Garland, 2008).

De acordo com Garland (2008), o envolvimento de setores governamentais exerce pressões que tendem a distanciar a política do retributivismo, da intimidação e da reforma, aproximando-a da prevenção, da redução de danos e do gerenciamento de risco (p.370). Há novas prioridades e táticas. O policiamento ficou mais esperto, centrado e tecnológico, sendo que tecnologias da informação e de gerenciamento se combinaram para produzir maior controle de recursos e condutas. As instituições policiais também se tornaram mais flexíveis e começaram a desenvolver vínculos, na tentativa de somar forças ao invés de monopolizar os esforços (p.368). Porém, segundo o autor, não há reorganização básica das polícias enquanto agência pública, as novas práticas e modalidades coexistem com os modos de operação anteriores.

No Brasil, nota-se que formas alternativas de controle do crime são empreendidas pela sociedade civil e por instituições privadas em conjunto com as instituições estatais como, por exemplo, os enclaves fortificados (Caldeira, 2011) ou os sistemas de vídeo monitoramento. Nesta complexa relação, verifica-se que o avanço da tecnologia gera impactos diretos na forma de exercer o controle do crime. A polícia, a população e as empresas privadas, com o surgimento de novos aparelhos tecnológicos, mídias digitais, aplicativos e softwares, apresentam significativas mudanças em suas formas de agir e se relacionar, configurando-se em um novo tipo de sociabilidade. Alguns estudos sobre as condições das instituições policiais (Silvestre, 2016; FBSP. 2018; 2017; 2016) demonstram que a segurança pública obteve muito investimento público nos últimos 15 anos, aplicados, sobretudo, em tecnologia. Porém esses estudos demonstram que os altos gastos em segurança não produziram resultados significativos. Por outro lado, quando não é possível a substituição, o uso informal de tecnologias, sobretudo para a comunicação, permite um baixo nível de controle institucional sobre a atividade dos policiais um novo tipo de sociabilidade¹².

Assim, o avanço tecnológico tem produzido mudanças significativas no policiamento ostensivo em São Paulo. Pode-se deduzir, a priori, que a tecnológica influência de modo



geral nas ações, organização e planejamento da Polícia Militar. Após realizar diversas entrevistas com oficiais da PM e agrupa-las em categorias, percebeu-se que a tecnologia produz transformações progressivas no que tange a questão de melhoria na segurança dos agentes da polícia, no controle do policiamento e suas ações, no modo de administrar os conflitos da sociedade e “enfrentar o crime”, educar e formar oficiais e praças. Programas como POP (Procedimentos Operacionais Padrão) e CPP (Cartão de Prioridade de Patrulhamento) foram influenciados pelo PPI, sobretudo, pela incorporação de ferramentas inteligentes como o COPOM online (Centro de Operações da Polícia Militar), FOTOCrim, INFOCrim (Sistema de Informações Criminais), e de aparelhos tecnológicos como smartphones e tablets.

O gerenciamento de policiamento ostensivo... uso de ferramentas inteligentes, que o PPI, Plano de Policiamento Inteligente, a polícia ela se tornou infinitamente mais técnica de uns anos para cá, vamos dizer assim, dos anos 2000, 1998, 1999. De 2000 para cá, com o uso de ferramentas inteligentes à expertise dos policiais em recorrer essas ferramentas (...). (Cap. G¹⁴).

Todos os interlocutores, até o momento, apontam que a tecnologia é muito importante para realização do trabalho policial e fundamental para o planejamento operacional. Nas comparações com o policiamento realizado nas décadas de 1980, 1990 e nos inícios dos anos 2000, os entrevistados apontam que os investimentos em tecnologia são bastantes significativos para a transição de uma polícia que exercia um serviço artesanal para uma científica. Um dos primeiros pontos mencionados está relacionado com as competências de tenentes e capitães. Anteriormente, antes dos avanços em tecnologia, as suas funções se restringiam apenas ao gerenciamento de efetivos policiais. Atualmente suas responsabilidades agregam a gestão de índices criminais e planejamentos operacionais que exige um conhecimento técnico e especializado cada vez maior.

Isso significa que muitos oficiais se distanciaram do patrulhamento de rua e exercem suas funções majoritariamente dentro dos batalhões da PM, onde possuem diversos aparelhos tecnológicos que auxiliam na administração à distância dos efetivos policiais. Os oficiais contam com sistemas de georreferenciamento e geoposicionamento de viaturas, mapas interativos, sistemas de tabulação de dados e equipamentos que auxiliam no planejamento inteligente e na organização das atividades policiais.

O mapeamento de áreas criminais é um importante exemplo da influência do avanço tecnológico na PM. O que antes era feito a mão e através mapas impressos agora é



realizado por softwares agregados às ferramentas como COPOM online. De acordo com alguns interlocutores, o COPOM fornece mapas de calor e incidência criminal que permitem uma análise mais rápida e criteriosa dos dados quantitativos coletados de ocorrências. O RDO (Registro Digital de Ocorrências) também é outro significativo avanço, em vista que, há uma redução no atendimento às ocorrências, que não necessitam de apoio policial físico permitindo, assim, uma realocação de pessoal. O sistema integrado do RDO ao COPOM facilita o trabalho de tabulação de dados da Polícia Militar e influência diretamente na construção CPP. Os oficiais têm como atribuição o trabalho administrativo de gerenciar esses dados, planejar o policiamento, e cumprir as metas estipuladas pelo Estado.

Porém, essa influência não afeta somente os oficiais. De acordo com os interlocutores, cada vez mais, estão sendo incluídas nas grades curriculares dos alunos das escolas de cadetes conteúdos sobre tecnologia. Os colégios de formação de polícias militares reconhecem a necessidade dos policiais terem habilidades em manejar ferramentas inteligentes.

Uma coisa que mudou muito para mim foi a própria Polícia Militar, como era ela na década de 90 e como foi agora 2007 a começar pelo policial. Então... o policial ficou muito mais qualificado, olha mais muito mais, muito mais, muito mais! Os caras da década de 90 era meio semianalfabetos, meio jagunço. Aqui já na década de 2000, começo de 2000 já era uns caras um pouco mais escolarizados, além disso a questão dos sistemas de informação, sistemas informatizados, TI, mudou. (Maj. A.).

Os TMD (Terminais Móveis de Dados) como tablets e celulares inteligentes são distribuídos para os policiais e viaturas. Através deles os policiais podem acessar diversos aplicativos e sites para consultar informações que sejam pertinentes como, por exemplo, os códigos de justiça. O que antes era feito somente via rádio agora é totalmente realizado através do sistema informatizado, ou seja, os dados, local, histórico de ocorrências, consultas de antecedentes criminais são realizados através do COPOM, o que permite ao policial ter uma maior velocidade no atendimento das ocorrências.

A tecnologia, sem dúvidas, permite um maior controle sobre a atividade policial. A partir do diagnóstico da tabulação de dados quantitativos dos índices criminais, a inteligência da polícia mapeia e georreferencia os determinados locais e horários que serão realizadas as incursões do policiamento ostensivo. Porém, somente dados estatísticos não são suficientes para determinar a efetividade do CPP. As falhas estatísticas existem, e um trabalho paralelo qualitativo é realizado através do CONSEG



(Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança), de forma complementar.

O planejamento do PPI e CPP dependem diretamente do levantamento de dados dessas duas fontes para definir as áreas de interesse. Entretanto, ainda são priorizados os dados estatísticos, sendo que as análises qualitativas não possuem nenhum programa ou sistema para armazenar dados e trata-los.

As transformações pela influência da tecnologia pela qual a instituição Polícia Militar vem passando é visível, sobretudo, pelo controle das viaturas nas ruas. As ferramentas de acompanhamento como os GPS, implantados nos tablets nas viaturas, monitoram cada veículo e determinam o seu percurso. Comparando a um passado recente, o controle da frota era um dos principais problemas mencionados pelos oficiais. Mesmo já existindo um CPP, tudo era realizado artesanalmente e a fiscalização do cumprimento do cartão de policiamento não era cumprido. Atualmente, com a utilização da tecnologia, o controle sobre a circulação de viaturas aumentou, é possível supervisioná-las através de um mapa gerado por computadores em televisores, definir os itinerários e em caso de desinteligência¹⁵ contatar as viaturas mais próximas para apoio.

Além dos CONSEG e das estatísticas levantadas pela Polícia Militar (índices criminais), o CPP também considera os delitos de destaque, os delitos de bonificação, BOs (boletins de ocorrências) levantados pelas ferramentas da Polícia Civil, ofícios e pedidos de autoridades e de comunidades. Somente em uma situação fora da normalidade é que as viaturas são permitidas a deixarem o planejamento estipulado.

O controle sobre a atividade policial está aumentado gradativamente através da implantação do policiamento inteligente e do CPP na medida que aderem aos sistemas de monitoramento das ações individuais e coletivas dos agentes. Entretanto, por mais que os interlocutores enfatizem a melhoria no controle e gerenciamento das operações, eles apontam que o comportamento pessoal do policial ainda é uma “barreira” a ser controlada, e todo sistema, por mais tecnológico que seja, pode ser burlado. Desta forma, a ideia da câmera acoplada ao uniforme policial seria uma solução para inibir as ações abusivas da polícia e fiscalizar os cidadãos abordados.

Este projeto é constantemente discutido pelas cúpulas superiores da Polícia Militar e é um tema estudado por alguns oficiais que cursam mestrado ou doutorado nos cursos superiores da Polícia Militar. Tudo indica que este modelo é baseado na polícia americana, em que, as viaturas constam com tablet e câmera filmadora. De acordo com



os interlocutores, isso permitiria uma maior visibilidade e transparência do trabalho exercido pela polícia além da obediência aos procedimentos operacionais. Por outro lado, a coleta de imagens funcionaria como inibidor de condutas ásperas de policiais e suspeitos, e serviria como uma possível prova tanto de abuso de autoridade e do crime policial quanto provas para uma possível incriminação de suspeitos.

O uso de câmeras fotográficas e filmadoras não é algo novo. Desde crimes que repercutiram na mídia nacional como a Chacina da Candelária em São Paulo, ou Vigário Geral no Rio de Janeiro, os aparelhos eletrônicos de captura de imagens surgem como inibidores de condutas violentas policiais. Com o avanço tecnológico e o surgimento de câmeras acopladas em celulares e smartphones, a vigilância popular tem aumentado levando os policiais a modificarem seus comportamentos. Isso, para alguns entrevistados é tido como algo negativo, pois permitiria que alguns suspeitos respondessem de forma ríspida e negativa às abordagens. Assim, essa vigilância se configura como um panóptico no qual policiais estão constantemente preocupados em serem gravados durante suas abordagens.

A tecnologia também é considerada como uma importante ferramenta para a segurança do policial, pois ela pode vir a evitar que policiais entre em conflitos de forma não planejada. A informação é essencial para atividades do dia a dia e tecnologias como o COPOM, BOPM, FOTOCrim, INFOCrim associados a utilização de aparelhos eletrônicos permitem que a informação circule com maior velocidade, o que em teoria diminuiria as possibilidades de falhas evitando assim, que policiais abordem suspeitos sem apoio.

Entretanto, o uso de aparelhos eletrônicos também pode desviar a atenção dos policiais e provocar alterações em suas ações, no tirocínio¹⁶ e nas abordagens. Desconsiderando os tablets que acompanham as viaturas, os aparelhos de uso pessoal como os smartphones provocam debates sobre a sua finalidade. Eles podem ser utilizados como ferramentas de apoio, sobretudo para a ROCAM (Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas), que não podem carregar um tablet nas motos, sendo que, os smartphones possuem as mesmas ferramentas de consulta.

Além disso, aplicativos como o WhatsApp são constantemente utilizados pelos policiais, sobretudo devido à velocidade para compartilhar informação, imagens e vídeos que permitem aos policiais acessar conteúdos sobre ocorrências complementando as informações que chegam via rádio do COPOM. Policiais frequentemente se comunicam através do aplicativo e possuem grupos restritos de comunicação, compartilham



imagens de placas de carros roubados, áudios e vídeos de ocorrências. Contudo, esses aplicativos também são mencionados como um possível desencadeador de desatenção, pois o uso recreativo deles pode afetar a percepção do policial e o tirocínio. Para inibir tal conduta, a PM cobra no POP a atenção ao serviço e pune os desviantes.

A utilização das redes sociais é outro ponto interessante. O Facebook e o Youtube são as mídias que foram mencionadas nas entrevistas. Por mais que seu uso não seja oficial, as redes sociais demonstram relevância para o trabalho policial. Ambas as mídias permitem uma produção de propaganda e discurso da PM, o que explicita a busca da legitimidade através da narrativa de combate ao crime em redes sociais por essa instituição. Em uma pesquisa comum é possível encontrar vídeos e páginas relacionada à PM e suas funções especializadas como a ROCAM ou a Força Tática. Normalmente os vídeos e imagens publicados são de ocorrências, perseguições, narrativas que demonstram o cotidiano dos policiais no serviço ostensivo. Porém, esses conteúdos são filtrados pela relações públicas da PM, o CComSoc (Centro de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado de São Paulo), que fiscaliza e autoriza o que deve ser mencionado e divulgado. Há polícias fazem suas próprias postagens de forma isolada, no entanto, não podem contrariar as normas previstas no código penal militar ou regulamento disciplinar, o que permitiria punições dentro da instituição.

Portanto, as redes sociais e os avanços na tecnologia produzem mudanças na relação entre policiais e cidadãos. A tecnologia está modificando a forma de fazer policiamento em São Paulo, seja pela aderência de aparelhos cada vez mais sofisticados de informação e tabulação de dados, ou das influências que produz no controle das ações policiais feitas pela própria instituição, pela população civil, ou pela forma de utilizar as redes sociais em sua busca por uma legitimidade.

Conclusões

Através destes dados coletados é possível afirmar que, independente da formalização e contratação de serviços por vias de licitações, as novas tecnologias estão modificando a forma de ação da PMSP. No que se restringe às instituições de segurança pública, existem duas dimensões de ação do uso dessas tecnologias, as quais constantemente se relacionam: os controles formais, exercidos pelas instituições estatais, e os informais, que fazem parte das atividades cotidianas e das interações com a sociedade civil. O uso informal dessas tecnologias é normalmente realizado pelos agentes dessas corporações.



Este é um debate inovador e necessário para a sociologia, tendo em vista que a vida conectada amplia e intensifica as relações sociais, assim como as representações que orientam o modo de agir. “Os sujeitos digitais” (Miskolci, 2016) possuem grande influência na sociedade política atual e, através das mídias digitais, provocam intensas mudanças nas formas de interação. As instituições, inclusive as de segurança pública, também estão sujeitas a essas interferências, o que nos leva a observar a evolução deste fenômeno para além do indivíduo. O debate sobre segurança é um tema público importante no Brasil e as mídias são o suporte por onde circulam discursos, representações e ações dos principais atores do campo. Investigar a relação com as tecnologias é uma forma de abordar os estudos sobre polícia num ambiente bastante fechado à pesquisa e à transparência ao público.

Notas

¹Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e membro do Grupo de Violência e Administração de Conflitos (GEVAC).

²Apesar dos grandes investimentos em tecnologias, nota-se que outras ferramentas, softwares e mídias digitais são utilizadas pelos agentes de segurança pública de modo informal como o Facebook, WhatsApp e Youtube.

³Estratégia e tática são termos distintos, tendo em vista tanto a teoria quanto o conceito nativo dos policiais. A estratégia implica a coordenação das forças militares, políticas, econômicas e morais para a administração de um conflito, enquanto as táticas se referem aos procedimentos e métodos aplicados por uma determinada estratégia. Portanto, deseja-se observar quais são os impactos gerados pelo avanço tecnológico nessas duas categorias.

⁴O controle do crime se refere às formas, políticas e estratégias utilizadas pelos atores que compõem as instituições da segurança pública e justiça criminal no estado de São Paulo, mais precisamente policiais civis e militares, delegados de polícia, promotores de justiça e juízes (Silvestre, 2017).

⁵O detalhamento das atribuições das instituições policiais civil e militar pode ser encontrado em <http://www.ssp.sp.gov.br/fale/institucional/answers.aspx?t=1> [Visualizado em 04/09/2018].

⁶O tópico guia foi desenvolvido em conjunto com o Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC), do qual o presente pesquisador é membro e pode ser verificado <http://www.ufscar.br/gevac/>. As entrevistas estão sendo realizadas, e



fazem parte também do projeto “Policciamento ostensivo e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime”, que abrange cinco unidades federativas do país e agrega diversas pesquisas incluindo a presente pesquisa.

⁷Praça, é uma categoria inferior da hierarquia da PM. Nelas estão incluídos os militares com as graduações de soldado, cabo, os sargentos e suboficiais.

⁸O Estado de justiça criminal, segundo Garland (2008), surgiu com o desenvolvimento dos Estados-nação e, posteriormente, com a expansão da democracia nos quais o poder soberano se transformou em um poder público e começou a ser aplicado pelas instituições estatais. De acordo com o autor, faz parte de um processo histórico em que as atividades do policiamento, acusação e punição tornavam-se cada vez mais monopolizadas e reguladas pelas autoridades estatais (2008, p.96-97).

⁹Vale ressaltar, como observa Harcourt (2009), o avanço neoliberal tornou essa avaliação uma tendência geral devido às políticas neoliberais que amplificam tensão do custo sobre os gastos públicos. O autor demonstra que todo o sistema de penalidade não considera as despesas econômicas e sociais, diferentemente de outros setores, como o previdenciário. No Brasil, este atual debate é exemplificado pelos altos custos do judiciário e das intervenções policiais em diversos estados da federação, em que a relação dos gastos aplicados em instituições policiais não é relacionada com a eficiência produzida por elas (Costa, 2004).

¹⁰As referências que orientam essa pesquisa sobre os efeitos do encarceramento no Brasil são: Sinhoretto, 2013, 2014; Silvestre, 2015.

¹¹As referências que orientam essa pesquisa sobre os efeitos da letalidade policial no Brasil são: Bueno, 2014; Sinhoretto, 2014.

¹²Alguns estudos sobre as condições das instituições policiais (SILVESTRE, 2016; FBSP. 2018; 2017; 2016) demonstram que a segurança pública obteve muito investimento público nos últimos 15 anos, aplicados, sobretudo, em tecnologia. Porém esses estudos demonstram que os altos gastos em segurança não produziram resultados significativos. Por outro lado, quando não é possível a substituição, o uso informal de tecnologias, sobretudo para a comunicação, permite um baixo nível de controle institucional sobre a atividade dos policiais.

¹³O Sistema Fotocrim é uma Base de Dados informatizada que disponibiliza fotografias criminais com a finalidade de reunir as fotos de criminosos e disponibilizá-las em rede para a Polícia Militar e Civil.



¹⁴Visando a integridade e segurança dos interlocutores, os nomes serão mantidos em sigilo. Somente a patente será mantida e abreviadas como exemplificado a seguir conforme a hierarquia: Soldado (Sd.); Cabo (Cb.); Terceiro-Sargento (3ºSgt.); Segundo-Sargento (2ºSgt.); Primeiro-Sargento (1ºSgt.); Aspirante (Aps.); Capitão (Cap.); Sub-Tenente (Sub-Ten.); Primeiro-Tenente (2ºTen.); Segundo-Tenente (1ºTen.); Major (Maj.); Tenente-Coronel (Ten-Cel.); Coronel (Cel.).

¹⁵Desinteligência é um termo utilizado pela PM para caracterizar ocorrências de conflitos sociais graves.

¹⁶De acordo com alguns interlocutores, o tirocínio policial é a capacidade de percepção individual que os agentes de segurança possuem de identificar suspeitos ou uma situação de perigo adquirida através da prática policial.

Referências bibliográficas

Adorno, Sergio: Linchamentos e Poder. In: Violência e Conflitos Sociais (Barreira, César). Ed. Potes, Campinas, 2010.

Adorno, Sérgio; DIAS, Camila. Monopólio Estatal da Violência. In: Crime, polícia e justiça no Brasil. Lima, R. S. Ratton, J. L. Azevedo, R. G. (orgs). Editora Contexto, São Paulo, 2014 p.187-197.

Bueno, Samira. Letalidade na ação policial. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (Lima, R. S; Ratton, J. L; Azevedo, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. "Cidade de Muros. Crime segregação e cidadania em São Paulo". Editora 34, Edusp, São Paulo, 2001.

Cerqueira, et al. Atlas da 2016. IPEA/FBSP. Brasília, março de 2016. Disponível em:http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27406. Acesso no dia 25 de maio 2017.

_____. Atlas da Violência 2017. IPEA/FBSP. Rio de Janeiro, junho de 2017. Disponível em:http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_atlas_da_violencia_2017_relatorio_de_pesquisa.pdf. Acesso em 25 de maio 2017.

Costa, Arthur Trindade Maranhão. Entre a Lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova Iorque. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2004.

Garland, David. A Cultura do controle. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2008.

Harcourt E. Bernard. Neoliberal Penalty: A Brief Genealogy. The Law School the University of Chicago, June, 2009.



Kant De Lima, Roberto. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. Rev. Sociol. Polit. no.13 Curitiba Nov. 1999.

Lima, Renato Sérgio de. "Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana: Uma Análise dos Homicídios Cometidos no Município de São Paulo". Dissertação de Mestrado 2000.

Manso, Bruno Paes; Dias, Camila. A Guerra - a Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil. Todavia, 2018.

Mingard, Guaracy. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. Estud. av. [online]. 2007, vol.21, n.61, pp.51-69.

Ramos, Sílvia. Violência, crime e mídia. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (Lima, R. S; Ratton, J. L; Azevedo, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.

Silvestre, Giane et al. Encarcerados do Brasil: seletividade na gestão da riqueza e da violência. 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-Mg - 2015.

_____. "Enxugando Iceberg" como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. Tese de Doutorado. UFSCar, São Carlos-SP, 2016.

_____. Enxugando iceberg: o controle estatal do crime em São Paulo sob a ótica de seus operadores. 41º encontro Anual do ANPOCS, Caxambu - MG, 2017.

Sinhoretto, Jacqueline. Os Justicadores e sua justiça: linchamento, costume e conflito. Dissertação de mestrado. São Paulo - USP. Fev de 2001.

_____. Linchamento: insegurança e revolta popular. Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano.3 ed.4. Fev/Mar 2009.

_____. Seletividade penal e acesso à justiça. In: Crime, Polícia e Justiça No Brasil (Lima, R. S; Ratton, J. L; Azevedo, R. G de). Ed. Contexto, São Paulo, 2014.

Sinhoretto, Jacqueline; Silvestre, Giane; Mello, F. A. L. O Encarceramento em Massa em São Paulo. Tempo Social (USP. Impresso) v.25, 2013. p.83 – 106.

Sinhoretto, Jacqueline; Silvestre, Giane; Schlittler, Maria C. Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante. São Paulo: UFSCAR, 2014.